



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Registro de Preços para contratação de empresa especializada em mão de obra para execução de serviços de instalação, retirada e substituição de luminárias de vias públicas e demais serviços, com recursos do Procel Reluz.

Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança – SEMOT.

| Data | Versão | Descrição | Autor |
|-------------|---------------|---|---|
| 10.11.2025 | 1ª | Registro de Preços para contratação de empresa especializada em mão de obra para execução de serviços de instalação, retirada e substituição de luminárias de vias públicas e demais serviços, com recursos do Procel Reluz. | <ul style="list-style-type: none">• Everton Luís Lima Reis. |
| 05.12.2025 | 2ª | Registro de Preços para contratação de empresa especializada em mão de obra para execução de serviços de instalação, retirada e substituição de luminárias de vias públicas e demais serviços, com recursos do Procel Reluz. | <ul style="list-style-type: none">• Everton Luís Lima Reis. |

Santo Antônio da Patrulha, 05 de dezembro de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

O inciso XX do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 8º do Decreto Municipal nº 333/2022, fundamenta a elaboração deste documento, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação. Trata-se de procedimento voltado ao interesse público, destinado a identificar a melhor solução para a demanda apresentada e a embasar os projetos subsequentes, caso se conclua pela sua viabilidade.

1. INTRODUÇÃO AO OBJETO.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar e analisar os cenários relacionados ao atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções encontradas, de modo a subsidiar o respectivo processo de contratação.

O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada em mão de obra para execução de serviços de instalação, retirada e substituição de luminárias de vias públicas e demais atividades correlatas, em atendimento ao Termo de Cooperação Técnica firmado no âmbito do Programa Procel Reluz, destinado à implementação de ações de eficiência energética no sistema de iluminação pública do município.

Os serviços que compõem o objeto estão detalhados no Termo de Referência, contemplando a desmontagem e retirada completa dos conjuntos convencionais de luminárias e de seus equipamentos auxiliares, o transporte e a instalação de novos conjuntos de luminárias com tecnologia LED fornecidos pela Administração, além da substituição do sistema de aterramento e da execução de demais procedimentos indispensáveis à adequada instalação e funcionamento da infraestrutura de iluminação.

A contratação proposta tem por objetivo promover a atualização do parque de iluminação pública municipal, mediante a substituição das luminárias convencionais por tecnologia LED, sistema mais eficiente, econômico e durável. Tais substituições fundamentam-se no princípio da eficiência energética, assegurando níveis de iluminância compatíveis com as vias e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas brasileiras aplicáveis à iluminação pública.



Cumprе destacar que os projetos vinculados ao Procel Reluz abrangem a modernização dos sistemas de iluminação pública, contemplando todos os aspectos técnicos relacionados à execução dos serviços, desde a substituição das luminárias até os procedimentos necessários à instalação e ao pleno funcionamento da rede.

Ressalta-se, ainda, que não existe Ata de Registro de Preços vigente para o objeto em questão, razão pela qual se faz necessária a abertura de nova licitação, considerando tratar-se de serviços de relevância fundamental ao projeto — indispensáveis à modernização, à adaptação ao novo conceito de eficiência energética, à manutenção do fornecimento e ao atendimento da demanda municipal.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade e a viabilidade técnica da contratação ora proposta, a qual visa garantir a continuidade das ações, dentro do escopo do projeto, em consonância com as diretrizes e os objetivos estabelecidos pelo Programa Procel Reluz e a gestão do Município.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO.

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Santo Antônio da Patrulha, conforme registrado nos itens 35642 e 35643 daquele documento, mantendo, portanto, o alinhamento com o planejamento estratégico desta Administração Municipal.

3. DEFINIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Os serviços, destinados a substituir as luminárias convencionais pela tecnologia LED, objetos do presente processo, possuem natureza operacional tendo em vista que, por seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, sendo descritos como comuns nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Os servidores da Administração Pública, responsáveis pela análise e acompanhamento dos serviços, como determinado na Portaria n.º 2.957 de 05/11/2025, serão os senhores Mauricio velho Aguiar, como fiscal administrativo, e o senhor Vinícius Lopes Locateli, como fiscal técnico.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



Nos termos do art. 82, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a adoção do critério de julgamento por menor preço justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na contratação de empresa especializada em mão de obra para a substituição de luminárias tradicionais por luminárias em tecnologia LED, cuja execução depende da perfeita compatibilidade entre todas as etapas e serviços que o compõem, sendo viável o fracionamento da contratação sem prejuízo à eficiência, à padronização, à responsabilidade pela execução e à economicidade do ajuste.

Embora essa licitação indique vários itens de entregáveis (ex.: Item 1 – troca de luminária até 10 metros de altura; Item 2 – troca de luminária entre 10 e 15 metros de altura), tais itens possuem natureza acessória e compõem um único conjunto operacional, razão pela qual a disputa por valor global mostra-se mais adequada.

O julgamento por menor preço assegura maior controle, pois se baseia em dado mensurável e comparável, reduzindo margem de subjetividade. Garantia de economicidade, ao priorizar a proposta de menor dispêndio para o erário, este critério contribui para a otimização dos recursos públicos. Amplia a competitividade e, apesar dos riscos de incompatibilidade técnica entre serviços executados por fornecedores distintos, garante maior vantajosidade para a Administração quando o objeto possui especificações técnicas previamente definidas e padronizadas.

Para o fornecimento dos serviços pretendidos, os licitantes deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como a conformidade e qualidade dos serviços executados, em observância aos padrões exigidos pelo Programa Procel Reluz, às certificações aplicáveis e observância às normas técnicas brasileiras de iluminação pública. Além disso, deverão atender às exigências de habilitação previstas no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

3.1. LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A execução dos serviços, objeto desta licitação, será realizada nos pontos previamente designados pela Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), conforme o projeto apresentado e as orientações do fiscal do contrato ou da ata de registro de preços.

A Secretaria, localizada na Rua Senador Alberto Pasqualini, nº 867 – Loteamento Solar, Santo Antônio da Patrulha/RS, indicará, por meio de seus fiscais, os locais de início e consecução dos serviços e prestará apoio operacional conforme a necessidade dos trabalhos.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos e documentos técnicos complementares, observando integralmente as condições estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica (TCT) vinculado ao Programa Procel Reluz.



Caso os serviços executados não atendam às especificações e padrões de qualidade estabelecidos no edital e seus anexos, a contratada será notificada para proceder a correção imediata, sem ônus adicional à Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

3.2. PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o atesto dos serviços executados pelo fiscal designado, mediante apresentação dos documentos de cobrança emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

Nos referidos documentos deverão constar a discriminação dos pontos efetivamente executados, o número da licitação correspondente e o número da Nota de Empenho previamente emitida por esta Prefeitura.

O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo apresentado pela detentora da ata no processo licitatório.

Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidades aplicadas ou de inadimplência contratual.

3.3. RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

A detentora da ata deverá manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Caberá à detentora da ata providenciar a imediata correção de eventuais deficiências ou irregularidades apontadas pela Administração, bem como indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar em decorrência da execução dos serviços, sem prejuízo de suas demais responsabilidades.

Deverá ainda comunicar, por escrito e conforme previsto no Termo de Referência, qualquer anormalidade constatada durante a execução contratual.

É vedada a transferência ou cessão, total ou parcial, das obrigações assumidas, sem a prévia autorização da Administração.

A detentora da ata deverá corrigir, às suas expensas, quaisquer serviços que não atendam às exigências estabelecidas e arcar integralmente com todas as despesas relativas a transporte, taxas, impostos e demais encargos legais incidentes sobre a execução do objeto.



3.4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Efetuar o pagamento conforme o determinado no Termo de Referência.

Cobrar, no momento da entrega, a fiscalização dos serviços executados, objeto do presente processo licitatório, a qual será realizada pelo fiscal da ata, indicado na respectiva Portaria.

| 4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS. | | | |
|---|-------|---------|--|
| ITEM | QUANT | UNID | ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO |
| 01 | 1.379 | Unidade | <u>SUBSTITUIÇÃO</u> de luminária CONVENCIONAL por luminária LED <u>até 10 metros de altura, INCLUSIVE BRAÇO.</u> |
| 02 | 8 | Unidade | <u>SUBSTITUIÇÃO</u> de ponto TIPO <u>PÉTALA</u> CONVENCIONAL <u>até 15 metros de altura</u> , em topo de poste, com ou sem troca de suporte. |

5. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES.

Para atendimento da necessidade administrativa motivadora da presente proposta de aquisição, não se identificou solução mais viável do que o registro de preços para contratação de empresas especializadas no ramo de fornecimento dos referidos serviços.

As outras soluções analisadas foram a execução própria, porém essa opção torna-se inviável para esta Secretaria devido à falta de recursos humanos suficientes e de mão-de-obra especializada para tal atividade, o que seria também menos vantajoso economicamente, pois acarretaria na contratação de mão-de-obra terceirizada, além da aquisição de maquinário, equipamentos e ferramentas.

Estudou-se, ainda, a possibilidade de contratação integrada, contemplando, em um único ajuste, o fornecimento das luminárias e a instalação pela mesma empresa. Todavia, tal alternativa mostrou-se menos vantajosa do ponto de vista econômico e operacional, uma vez que a concentração do fornecimento e da execução em um único contratado tende a reduzir a competitividade e pode acarretar elevação dos preços, além de restringir a participação de empresas especializadas apenas na execução dos serviços. Assim, considerando que o objeto envolve predominantemente a substituição das luminárias, com padrão já definido pela



Administração, entendeu-se não ser necessária, neste momento, a unificação de fornecimento e instalação em um mesmo contrato.

Portanto, ante a não identificação de soluções alternativas viáveis e levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, apenas o registro de preços para aquisição dos referidas intervenções.

6. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO.

Não há registro de licitação anterior referente à aquisição dos itens ora pretendidos. Os itens contemplam o projeto de licitação para Registro de Preços destinado à contratação de empresa especializada em mão de obra para execução de serviços de instalação, retirada e substituição de luminárias de vias públicas e demais serviços, com recursos do programa e conforme especificações e quantitativos estabelecidos em atendimento ao Termo de Cooperação Técnica firmado no âmbito do Procel Reluz para implementação de ações de eficiência energética no sistema de iluminação pública do município.

Os valores estimados foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada no portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ([https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1:::~:~:::~:::](https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1:::)), considerando os preços praticados em contratações semelhantes por outros entes públicos.

Dessa forma, estima-se que o valor total da contratação seja em torno de R\$ 216.000,00, compatível com os valores de mercado e em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 16/2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, serviços e obras no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO.

A solução proposta consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada em mão de obra destinada à execução de serviços de instalação, retirada e substituição de luminárias de vias públicas, bem como demais atividades correlatas, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência. A contratação tem por finalidade atender ao Termo de Cooperação Técnica firmado no âmbito do Programa Procel Reluz, destinado à implementação de ações de eficiência energética no sistema de iluminação pública do município.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, garantindo à Administração Municipal os elementos necessários para o acompanhamento, controle e gestão adequada do contrato.

Para fins de estimativa de mercado e identificação de potenciais fornecedores, foram pesquisadas empresas que já executaram serviços similares em outros entes públicos, entre as



quais destacam-se: RCL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. (CNPJ 08.965.654/0001-61), ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICO LTDA. (CNPJ 13.348.127/0001-48) e FUMAGALLI INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. (CNPJ 11.031.650/0001-10).

As referências foram obtidas por meio de pesquisa no sistema Licitacon, observando-se os critérios definidos no Decreto Municipal nº 16/2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços e execução de obras no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado. O §1º do mesmo artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados fatores como a responsabilidade técnica, o custo administrativo decorrente da gestão de múltiplos contratos e as vantagens da divisão do objeto em itens, especialmente quando não se tratar de sistema único e integrado.

Considerando tais parâmetros, o parcelamento do objeto em itens distintos é viável e conveniente, a saber: substituição de luminária convencional por luminária LED até 10 metros de altura, inclusive braço e substituição de ponto tipo pétala convencional até 15 metros de altura, em topo de poste, com ou sem troca de suporte. Embora ambos os serviços sejam utilizados de forma complementar na execução dos serviços de modernização, à adaptação ao novo conceito de eficiência energética, à manutenção do fornecimento e ao atendimento da demanda municipal no que se refere à adesão ao programa PROCEL Reluz, possuem natureza, características técnicas e processos de execução distintos, o que possibilita a contratação independente de fornecedores diferentes para cada serviço, sem prejuízo à execução do objeto final pretendido pela Administração.

O parcelamento, nesse contexto, favorece a ampliação da competição, permitindo a participação de empresas especializadas em cada tipo de produto, reduz o risco de concentração de mercado e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas sob o ponto de vista econômico.



Ademais, a divisão do objeto não compromete a responsabilidade técnica nem a gestão contratual, uma vez que a fiscalização e o recebimento dos serviços permanecem centralizados nesta Secretaria, que detém o controle sobre as quantidades e a qualidade dos insumos aplicados.

Dessa forma, em observância ao princípio do parcelamento, a presente contratação será estruturada em itens independentes, assegurando a economicidade, a competitividade e a adequada execução dos serviços de modernização e manutenção da rede de iluminação pública.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS.

O presente processo licitatório tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para o Município, conforme os princípios da economicidade, eficiência e legalidade.

Busca-se, ainda, garantir o tratamento isonômico entre os licitantes, promover a justa competição e prevenir contratações com sobrepreço, preços inexequíveis ou que possam resultar em superfaturamento durante a execução do objeto.

A contratação decorrente desta licitação deverá observar as boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização do uso de recursos públicos e a mitigação dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À ATA.

A Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal da ata.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a)** Elaboração de minuta do edital;
- b)** Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- c)** Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- d)** Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- e)** Publicação e divulgação do edital e anexos;
- f)** Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e ou impugnação, caso aplicável;
- g)** Realização do certame, com suas respectivas etapas;



- h) Assinatura e publicação da ata de registro de preços; e
- i) Emissão de empenho conforme a demanda.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E OU INTERDEPENDENTES.

O presente estudo identificou a necessidade de contratações acessórias para a adequada execução do objeto, considerando que a operacionalização dos serviços requer a aquisição de materiais elétricos, luminárias de tecnologia LED, braçadeiras e demais materiais auxiliares indispensáveis à instalação, retirada e substituição das luminárias de vias públicas, conforme especificações e quantitativos a serem definidos em momento e documento oportuno.

Dessa forma, embora o objeto ora proposto possua caráter autônomo, sua execução plena depende da realização de contratações correlatas ou interdependentes, necessárias ao cumprimento integral das metas estabelecidas no âmbito do Programa Procel Reluz.

12. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E ANÁLISE DE RISCO.

| IMPACTO AMBIENTAL | MEDIDA DE TRATAMENTO |
|--|---|
| - Geração de resíduos: restos de material, que precisam ser corretamente gerenciados para evitar descarte inadequado de resíduos. | - Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. - Os servidores deverão ser orientados a realizar a aplicação e o gerenciamento correto do material e dos resíduos oriundos da atividade. |
| - A modernização da iluminação pública com tecnologia LED traz benefícios ambientais significativos, como redução do consumo de energia, diminuição da emissão de gases poluentes e eliminação do uso de materiais tóxicos, além de reduzir o volume de resíduos devido à maior durabilidade das luminárias. | - Impacto de natureza benéfica — dispensa medidas mitigadoras. |
| <p>É importante ressaltar que a empresa detentora da ata deverá considerar a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental em todos os seus processos, além de estar comprometida com a redução do impacto ambiental.</p> <p>Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão</p> | |



ser repassadas pela fiscalização competente.

O Município fiscalizará os serviços das empresas vencedoras, de modo a garantir que sejam feitas de maneira correta, sem gerar impactos negativos ao meio ambiente.

| IMPACTO SOCIAL | MEDIDA DE TRATAMENTO |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">- A modernização da iluminação pública promove maior segurança urbana, ao reduzir áreas de sombra e melhorar a visibilidade em vias, praças e espaços públicos, o que contribui para a diminuição de acidentes e da criminalidade.- Amplia o bem-estar e a sensação de conforto da população, incentivando a circulação segura durante a noite e tornando os espaços urbanos mais acessíveis e inclusivos. A qualidade de vida é diretamente beneficiada, uma vez que ambientes bem iluminados favorecem convivência comunitária, atividades culturais e lazer, fortalecendo o vínculo entre a cidade e seus habitantes.- Atendimento às demandas de infraestrutura do Município de forma eficiente e economicamente viável. | <ul style="list-style-type: none">- Impacto de natureza benéfica — dispensa medidas mitigadoras. |
| IMPACTO ECONÔMICO | MEDIDA DE TRATAMENTO |
| <ul style="list-style-type: none">- A Administração poderá adquirir itens acima do necessário, causando gastos excessivos ao erário, de verbas que poderiam ser destinadas a outras finalidades. | <ul style="list-style-type: none">- A administração não precisa contratar todo o , pois a ata de registro de preços permite a solicitação do fornecimento conforme a demanda real.- Os profissionais deverão ser orientados a bem preservar os materiais, enquanto os servidores deverão ser orientados a solicitar novas |



| | |
|---|---|
| | aquisições somente se de fato necessário. |
| - Os orçamentos realizados pela Administração poderão ficar acima da média de mercado, causando gastos excessivos e desnecessários ao erário. | - A equipe responsável pela pesquisa de preços na Administração deverá ser devidamente orientada a observar os critérios legais e normativos aplicáveis à elaboração de orçamentos, levando em consideração a quantidade licitada, com vistas a assegurar maior precisão na pesquisa e otimização da economicidade na contratação pública, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. |
| - Os orçamentos realizados pela Administração podem ser inexequíveis, causando desinteresse dos fornecedores e possibilidade de redução da competitividade e frustração da licitação. | - A equipe responsável pela pesquisa de preços na Administração deverá ser orientada a seguir os parâmetros legais e metodológicos de elaboração de orçamentos, levando em consideração a quantidade licitada e atentando-se à exequibilidade dos valores levantados, de modo a evitar a definição de preços significativamente abaixo da média de mercado, o que pode comprometer a competitividade, a viabilidade da contratação e a efetividade da licitação, em consonância com a Lei nº 14.133/2021. |
| - A modernização da iluminação pública com tecnologia LED gera redução significativa dos custos operacionais para o município, devido à menor demanda de energia elétrica e à maior durabilidade das luminárias, que diminuem gastos com manutenção e substituição. - A eficiência energética permite otimizar recursos públicos, direcionando investimentos | - Impacto de natureza benéfica — dispensa medidas mitigadoras. |



| | |
|--|--|
| <p>para outras áreas essenciais da administração.</p> <p>- O uso de LED também contribui para a valorização do espaço urbano, atraindo atividades comerciais e fomentando o comércio local, ao tornar ruas e praças mais seguras e agradáveis para circulação de pessoas.</p> | |
| ANÁLISE DE RISCO | |
| <p>Para a presente contratação, poderão ocorrer riscos de não entrega dos itens pelas empresas registradas, ocasionando a necessidade de elaboração de notificações extrajudiciais e, persistindo a ausência de entrega, a abertura de processo administrativo especial (PAE). Tal situação pode resultar na falta dos itens licitados e no consequente impacto aos serviços prestados.</p> <p>Para evitar tal situação, deverão ser contratadas empresas que comprovarem sua aptidão a comercializarem com a Administração Pública, por intermédio dos documentos de habilitação, bem como ser orientado às licitantes acerca da importância do cumprimento das obrigações estabelecidas neste estudo técnico preliminar, termo de referência e demais documentos licitatórios.</p> | |

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.

Com base na justificativa e nas especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

14. APROVAÇÃO E ASSINATURA.

O Estudo Técnico Preliminar está aprovado e assinado pelos Integrantes Administrativos, Unidade Administrativa Requisitante e pela Autoridade Máxima Competente.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de dezembro de 2025.



INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Everton Luís Lima Reis – Oficial Administrativo;

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Rozelaine dos Santos Oliveira – Diretora
Administrativa de Obras;

FISCAL ADMINISTRATIVO: Mauricio Velho Aguiar – Diretor do Departamento de
Iluminação Pública

FISCAL TÉCNICO: Vinicius Lopes Locateli - CAU A164714-8

UNIDADE ADMINISTRATIVA: Marcelo Santos da Silva - Secretário Municipal das Obras,
Trânsito e Segurança;

AUTORIDADE MÁXIMA COMPETENTE: Rodrigo Gomes Massulo - Prefeito Municipal.